



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2025

RESPOSTA ESPERADA DAS REDAÇÕES

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ – CRM-PR, através do INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL NOSSO RUMO, torna público a **Resposta Esperada das Redações** – referente aos cargos constantes na **Tabela I**, do **Concurso Público - Edital nº 01/2025**, conforme estabelecido a seguir:

201 - OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO

Elabore um texto dissertativo-argumentativo sobre a relevância do domínio de técnicas avançadas de gravação, os obstáculos enfrentados pelos operadores de áudio e vídeo diante das novas tecnologias e a necessidade de atualização constante.

Resposta Esperada: O avanço das tecnologias audiovisuais transformou significativamente o trabalho dos operadores de áudio e vídeo, tornando essencial o domínio de **noções avançadas de filmagem e captura de áudio/vídeo**. O conhecimento de **profundidade de campo, taxa de quadros, iluminação adequada e equilíbrio de cores** permite não apenas uma melhor qualidade estética, mas também uma comunicação mais eficiente da mensagem ao público. Da mesma forma, a utilização de **microfones direcionais, captação multicanal** e técnicas de **tratamento acústico** garante a clareza e a fidelidade do áudio, aspectos cada vez mais exigidos em produções profissionais.

Entretanto, a aplicação dessas técnicas apresenta desafios consideráveis. Equipamentos avançados exigem **calibração precisa** e conhecimento aprofundado de **protocolos digitais e softwares de pós-produção**. Além disso, o operador precisa estar preparado para situações adversas, como gravações em ambientes com ruído ou iluminação instável, o que demanda experiência prática aliada ao estudo contínuo.

Diante desse cenário, a **formação constante** é imprescindível. Participar de cursos especializados, workshops e treinamentos corporativos não apenas mantém o profissional atualizado, mas também aprimora sua **capacidade de solucionar problemas técnicos** e **oferecer produtos audiovisuais de alta qualidade**. Em suma, dominar as noções avançadas de filmagem e captura de áudio/vídeo é fundamental para garantir que o trabalho do operador seja eficiente, criativo e alinhado às exigências do mercado contemporâneo.

202 - PROFISSIONAL DE SUPORTE ADMINISTRATIVO – ASSISTENTE I

Uma servidora de um órgão público estadual trabalha no Setor de Atendimento ao Cidadão, tanto presencialmente quanto por canais digitais. Em determinado dia, um usuário solicita informações sobre um processo administrativo que envolve dados pessoais de outro cidadão. A servidora, querendo demonstrar eficiência, fornece parte das informações sem verificar se havia autorização formal para o acesso. Dias depois, o caso chega à Ouvidoria e levanta dúvidas sobre violação de sigilo e ética profissional.

Com base no caso apresentado, elabore uma resposta que aborde como o profissional da Administração Pública deve equilibrar a transparência no atendimento ao público e o dever de sigilo, garantindo eficiência e ética no exercício de suas funções.

Resposta Esperada: O candidato deve demonstrar compreensão dos princípios da Administração Pública (legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e eficiência), destacando que a transparência não se confunde com exposição indevida de dados. Deve argumentar que o sigilo profissional é um dever ético e legal, indispensável à confiança do cidadão no serviço público. Espera-se que discuta a importância de treinamento contínuo no atendimento, domínio das ferramentas de comunicação institucional, e adoção de boas práticas de gestão da informação.

O texto deve concluir que a ética no atendimento é o elo entre a eficiência e o respeito aos direitos individuais, sendo a conduta do servidor o reflexo direto da credibilidade da instituição pública.

203 - PROFISSIONAL DE SUPORTE ADMINISTRATIVO – ASSISTENTE II - 40 HORAS

Uma servidora de um órgão público estadual trabalha no Setor de Atendimento ao Cidadão, tanto presencialmente quanto por canais digitais. Em determinado dia, um usuário solicita informações sobre um processo administrativo que envolve dados pessoais de outro cidadão. A servidora, querendo demonstrar eficiência, fornece parte das informações sem verificar se havia autorização formal para o acesso. Dias depois, o caso chega à Ouvidoria e levanta dúvidas sobre violação de sigilo e ética profissional.

Com base no caso apresentado, elabore uma resposta que aborde como o profissional da Administração Pública deve equilibrar a transparência no atendimento ao público e o dever de sigilo, garantindo eficiência e ética no exercício de suas funções.

Resposta Esperada: O candidato deve demonstrar compreensão dos princípios da Administração Pública (legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e eficiência), destacando que a transparência não se confunde com exposição indevida de dados. Deve argumentar que o sigilo profissional é um dever ético e legal, indispensável à confiança do cidadão no serviço público. Espera-se que discuta a importância de treinamento contínuo no atendimento, domínio das ferramentas de comunicação institucional, e adoção de boas práticas de gestão da informação.

O texto deve concluir que a ética no atendimento é o elo entre a eficiência e o respeito aos direitos individuais, sendo a conduta do servidor o reflexo direto da credibilidade da instituição pública.

204 - PROFISSIONAL DE SUPORTE ADMINISTRATIVO – ASSISTENTE II – 30 HORAS

Um setor público municipal acumula correspondências, contratos e documentos antigos sem critérios claros de arquivamento. Durante uma auditoria, verifica-se que prazos de guarda não foram respeitados, arquivos não estão classificados e parte dos documentos administrativos foi extraviada. O gestor reconhece que não havia política de gestão documental nem treinamento adequado dos servidores.

Com base no caso apresentado, aborde de que forma a gestão documental eficiente e a aplicação de princípios de qualidade podem contribuir para a transparência, a eficiência e a credibilidade da Administração Pública.

Resposta Esperada: O candidato deve discutir os conceitos e técnicas de arquivamento, ressaltando que o arquivo é parte essencial da memória institucional e da gestão administrativa. Deve argumentar que a ausência de controle documental compromete a prestação de contas, o acesso à informação e a eficiência administrativa.

A redação deve relacionar os princípios da gestão da qualidade (planejar, padronizar, monitorar e melhorar processos) à organização de documentos, correspondências e contratos públicos, evidenciando como esses instrumentos reforçam a transparência e a responsabilidade social.

O texto deve concluir que uma Administração Pública moderna depende tanto de boas práticas técnicas quanto de valores éticos e profissionais, e que a gestão de arquivos e da qualidade é indispensável para garantir continuidade, confiabilidade e eficiência na execução das rotinas públicas.

205 - TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Texto 1. A criptografia de ponta a ponta é uma ferramenta fundamental para a segurança da informação, protegendo dados, comunicações pessoais e transações comerciais contra acessos não autorizados. No entanto, agências governamentais de diversos países argumentam que o uso generalizado de criptografia forte dificulta investigações criminais e representa uma ameaça à segurança nacional, suscitando o debate sobre a criação de “portas de acesso”

(*backdoors*) ou chaves especiais para autoridades. Por outro lado, empresas de tecnologia e defensores da privacidade alertam que qualquer enfraquecimento da criptografia compromete a segurança digital de todos os usuários, tornando sistemas vulneráveis a cibercriminosos ou a abusos por governos autoritários.

Texto 2. Do ponto de vista técnico, a criação de uma “chave mestra” ou “porta de acesso” (porta dos fundos) exclusiva para autoridades levanta sérias questões de risco sistêmico. No universo da segurança cibernética, uma vulnerabilidade intencional, uma vez criada, torna-se um ponto único de falha que pode ser explorado não apenas por agências de aplicação da lei, mas também por adversários externos, como hackers, criminosos ou até estados-nação. A matemática da criptografia não permite a criação de um acesso secreto que seja verdadeiramente “à prova de vazamento”. Além disso, o desenvolvimento e a manutenção de tal mecanismo em escala global seriam extremamente complexos e caros, contrariando o princípio de segurança por design. Muitos especialistas argumentam que enfraquecer deliberadamente a segurança de um produto para milhões de usuários, mesmo em nome de investigações pontuais, representa um risco inaceitável.

Texto 3. O setor de Tecnologia da Informação e o comércio eletrônico dependem fundamentalmente da confiança na segurança de dados e transações. A obrigatoriedade de *backdoors* comprometeria imediatamente essa confiança: a garantia de confidencialidade e integridade dos dados seria permanentemente fragilizada. Empresas que utilizam criptografia para proteger segredos comerciais, propriedade intelectual e dados de clientes estariam expostas a riscos significativos, com potencial perda de competitividade no mercado global. Além disso, softwares desenvolvidos em países que exigem *backdoors* poderiam perder adesão, impulsionando a migração de usuários e empresas para soluções estrangeiras que ofereçam criptografia robusta e livre de interferência governamental. O custo de desenvolvimento e manutenção de mecanismos para proteger uma vulnerabilidade intencional superaria os benefícios imediatos para a aplicação da lei, transformando o *backdoor* em um passivo de segurança com consequências econômicas globais.

Após a leitura dos textos motivadores, elabore um texto dissertativo-argumentativo que aborde a criptografia no século XXI: o equilíbrio entre a privacidade do cidadão e as demandas de segurança nacional.

Resposta Esperada: O debate sobre a inclusão de “portas de acesso” (*backdoors*) em sistemas criptografados é um dos maiores dilemas éticos e técnicos da era digital. Por outro lado, a criptografia de ponta a ponta é a espinha dorsal da segurança moderna, garantindo a confidencialidade das comunicações e transações. Além disso, há uma preocupação legítima das agências de segurança de que esse escudo digital se tornou um refúgio para atividades criminosas e terroristas. No entanto, é imperativo considerar que a criação de vulnerabilidades intencionais não é eticamente nem tecnicamente justificável, pois compromete o pilar fundamental da segurança digital para toda a população.

Tecnicamente, a proposta de uma chave mestra para o Estado é falha desde a sua concepção. Conforme indicado no Texto 2, no universo da segurança cibernética, uma vulnerabilidade intencional é, por definição, um “ponto único de falha”. A criptografia é baseada em princípios matemáticos que não permitem um acesso secreto exclusivo e “à prova de vazamento”. Se um *backdoor* existir para as autoridades, ele se torna um alvo de alto valor para qualquer adversário — seja um *hacker*, uma organização terrorista ou um estado-nação inimigo. Portanto, enfraquecer um sistema sob o pretexto de fortalecer a segurança nacional resulta, ironicamente, em um aumento catastrófico do risco sistêmico para todos os usuários. A prioridade da Integridade e da Confidencialidade exige que a segurança seja robusta, e não controlada quebrável.

Além do risco técnico, a justificativa ética para o *backdoor* é igualmente frágil. A digital deve ser construída sob o princípio da segurança por *design*, onde a proteção e a privacidade são incorporadas desde o início, e não adicionadas como uma funcionalidade secundária. Abrir uma exceção para o governo estabelece um precedente perigoso, concedendo a confidencialidade e a privacidade de milhões de cidadãos que utilizam a criptografia em suas atividades legítimas, desde o acesso a contas bancárias até a proteção de dados sensíveis de saúde. A desconfiança gerada por um *backdoor* obrigatório pode minar a adesão a serviços digitais, afetando a economia e a própria soberania informacional de um país.

Em suma, a busca pela segurança e a aplicação da lei são objetivos cruciais, mas eles não podem ser feitos

ao custo de dismantelar a própria arquitetura de segurança que protege a sociedade digital. Em vez de exigir o enfraquecimento da criptografia, o foco das autoridades deve se voltar para a melhoria das técnicas de investigação legal e forense, explorando metadados e outras evidências digitais que não dependam da quebra da criptografia. Mantendo apenas a criptografia forte, preservando a disponibilidade segura de serviços e a confidencialidade dos dados, é que a sociedade pode garantir um futuro digital que seja, de fato, seguro e livre.

301 - AGENTE FISCAL

Com base na Resolução CFM nº 2.056/2013, que define a estrutura e os deveres do Departamento de Fiscalização (DF), e considerando as atribuições do cargo de Agente Fiscal, disserte sobre os seguintes pontos:

1. **Competências exclusivas e concorrentes do Departamento de Fiscalização (DF):** explique o âmbito de atuação do DF na fiscalização dos serviços de saúde, destacando a sua exclusividade e as áreas em que a fiscalização é concorrente com outros órgãos.
2. **Papel do DF e do Agente Fiscal na publicidade e regularização cadastral:** descreva as competências do DF no que tange à publicidade médica e à manutenção de dados, e como a atuação do Agente Fiscal se insere nestas atividades de controle.
3. **Encaminhamento de irregularidades e ilegalidades:** diferencie as providências a serem tomadas pelo DF e/ou pelo Agente Fiscal ao detectar o exercício ilegal da Medicina *versus* as irregularidades encontradas nas fiscalizações, especificando a quem devem ser notificadas ou encaminhadas.

Resposta Esperada: (arts. 2º a 14)

O Departamento de Fiscalização (DF) do CRM, cujas ações são planejadas, executadas e avaliadas pelo próprio departamento, é a unidade responsável por garantir o cumprimento da ética e da legalidade na prática médica. O Agente Fiscal atua como executor dessas competências.

1. **Competências Exclusivas e Concorrentes do Departamento de Fiscalização (DF):** A principal competência do DF é fiscalizar o exercício da profissão de médico. O DF fiscaliza com **exclusividade** os serviços e estabelecimentos onde há exercício da Medicina. No entanto, essa exclusividade não se aplica onde houver competência **concorrente** com as agências de Vigilância Sanitária e outros órgãos de fiscalização profissional, sendo o DF responsável por atuar no âmbito restrito de suas competências. O Agente Fiscal, ao realizar a vistoria, materializa essa fiscalização.
2. **Papel do DF e do Agente Fiscal na Publicidade e Regularização Cadastral:** O DF tem a competência de fiscalizar a publicidade e anúncios de médicos e de serviços de assistência médica, quaisquer que sejam os meios de divulgação. O Agente Fiscal participa dessa fiscalização verificando e apurando denúncias. Além disso, o DF deve manter atualizados os dados cadastrais dos médicos, seus consultórios, estabelecimentos médico-assistenciais e outros prestadores de serviços. O Agente Fiscal contribui com essa competência ao analisar processos de registro de pessoas jurídicas e requerimento para expedição de Certidões de Responsabilidade Técnica, e ao realizar diligências com vistas ao cumprimento das notificações.
3. **Encaminhamento de Irregularidades e Ilegalidades:** As providências de encaminhamento diferenciam-se pelo tipo de infração:

Exercício Ilegal da Medicina: O Departamento de Fiscalização (ou o Agente Fiscal, em suas atribuições) deve **notificar** a ocorrência, diretamente ao presidente e/ou diretor responsável no Conselho Regional de Medicina.

Irregularidades Encontradas nas Fiscalizações: As irregularidades em geral (éticas, técnicas, estruturais, etc.) devem ser encaminhadas ao presidente e/ou diretor responsável no Conselho Regional de Medicina para as providências cabíveis. O Coordenador do DF, posteriormente, encaminhará estas irregularidades. O Agente Fiscal, por sua vez, deve elaborar e digitar os relatórios mensais e anuais referentes à fiscalização para consolidar as informações.

André é assessor jurídico do Presidente da República (PR) e foi consultado pelo Chefe do Poder Executivo Federal acerca da viabilidade de editar uma Medida Provisória, com força de lei, para reorganizar a carreira dos membros do Ministério Público Federal (MPF) em razão da intenção de realizar e submeter ao Congresso Nacional uma reforma administrativa.

André tem dúvidas acerca do pedido realizado pelo Presidente da República e, com autorização expressa deste, lhe solicita um parecer jurídico, na forma de redação, acerca da viabilidade da edição do instrumento jurídico pretendido pelo PR.

Sem alterar e/ou acrescentar qualquer fato no enunciado acima, na qualidade de advogado consultado por André, elabore uma redação acerca da viabilidade do pedido do PR.

Resposta Esperada: o candidato deverá discorrer que o pedido formulado pelo PR não tem cabimento pois ofende o artigo 62, §1º, inciso I, alínea "c" da CF/88. A Carta Magna veda a edição de medidas provisórias sobre matéria que verse sobre a carreira dos membros do Ministério Público Federal (MPF). Portanto, o parecer deverá ser no sentido de que PR não pode editar a MP pretendida.

303 - ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Texto 1. A exigência da aplicabilidade (XAI) e o risco de "caixas-pretas"

Sistemas de *deep learning* e modelos complexos de *machine learning* muitas vezes funcionam como "caixas-pretas". Eles conseguem processar grandes volumes de dados e gerar resultados com alta precisão — por exemplo, prever a probabilidade de um paciente desenvolver uma doença —, mas a lógica interna que conduz essas decisões é opaca, sendo de difícil compreensão até mesmo para os próprios desenvolvedores. Em domínios críticos, como o sistema judiciário ou a concessão de crédito, é essencial que as decisões sejam justificáveis e auditáveis. A Inteligência Artificial Explicável (XAI, do inglês *Explainable AI*) é o campo que busca tornar essas decisões compreensíveis e transparentes. Sem essa transparência, torna-se impossível verificar se a IA está violando princípios como Justiça ou Legalidade, ou se está simplesmente replicando e amplificando vieses históricos presentes nos dados de treinamento.

Texto 2. O *Trade-off* entre desempenho e compreensão humana

Existe um evidente *trade-off* entre o poder preditivo de um modelo de IA e sua interpretabilidade. Modelos lineares simples são transparentes, porém oferecem precisão limitada. Em contraste, Redes Neurais Profundas — a base do *deep learning* — atingem níveis excepcionais de acurácia em tarefas como reconhecimento de imagens e linguagem, mas são essencialmente "caixas-pretas". O dilema se torna crítico quando decisões do modelo podem salvar vidas ou otimizar recursos estratégicos. Por exemplo, considere um sistema de diagnóstico médico com 98% de precisão, porém opaco, *versus* um sistema explicável com 90% de precisão. Qual deveria ser priorizado? Deve-se valorizar mais a disponibilidade de um serviço altamente eficaz, mesmo sem transparência, ou insistir na capacidade de auditar e responsabilizar o algoritmo, aceitando desempenho inferior.

Texto 3. A responsabilidade legal e o papel do Engenheiro de TI

O arcabouço legal, como a LGPD e o RGPD, já garante aos titulares de dados o direito de serem informados sobre a lógica por trás de decisões que os afetem. Entretanto, a responsabilidade final não recai sobre o algoritmo, mas sim sobre a organização (controladora de dados) e, em última instância, sobre a equipe de TI que implementou o sistema. A dificuldade de aplicar esses princípios impede auditorias efetivas e a prestação de contas. Para o profissional de TI, isso significa que a gestão do ciclo de vida da IA deve obrigatoriamente incluir: a documentação dos dados de treinamento, a avaliação de diferentes perspectivas e a escolha de arquiteturas que suportem algum nível de Inteligência Artificial Explicável. A governança da IA não é um luxo, mas uma necessidade tanto de conformidade legal quanto de ética profissional.

Após a leitura dos textos motivadores, elabore um texto dissertativo-argumentativo que aborde o desafio da opacidade algorítmica: transparência, ética e responsabilidade na era da

inteligência artificial.

Resposta Esperada: O avanço exponencial da Inteligência Artificial (IA) revolucionou a capacidade humana de processar informações e tomar decisões complexas. Contudo, à medida que os sistemas de *Machine Learning* se integram em domínios críticos como saúde, finanças e justiça, surge um dilema fundamental para a ética e a tecnologia: a opacidade dos algoritmos. O desafio de conciliar o alto desempenho preditivo de modelos de caixa-preta com a necessidade de *aplicabilidade* gera um *trade-off* que a sociedade e o profissional de TI não podem ignorar. Neste contexto, a prioridade pela aplicabilidade em sistemas críticos deve prevalecer, pois a capacidade de auditar e responsabilizar um algoritmo é mais importante do que uma otimização marginal na precisão.

Primeiramente, a ausência de transparência compromete diretamente o princípio da Justiça e a conformidade legal. Conforme abordado no Texto 3, as regulamentações globais de proteção de dados já confirmam o direito do indivíduo de compreender a lógica por trás das decisões automatizadas que o afetam, seja na negação de um empréstimo ou no diagnóstico médico. Quando um modelo de *Deep Learning* opera como uma "caixa-preta", ele pode inadvertidamente perpetuar e escalar as vieses apresentadas nos dados de treinamento, resultando em discriminação racial ou socioeconômica. Sem a Aplicabilidade da IA (XAI), as equipes de TI e as organizações controladoras ficam impedidas de auditar as causas do viés, sendo incapazes de corrigir a falha e garantir a equidade. Nesses cenários, sacrificar a máxima precisão por um modelo que possa ter sua decisão rastreada e corrigida é uma segurança ética e legal.

Além disso, o risco sistêmico gerado pela opacidade afeta a integridade do próprio processo decisório. O Texto 2 aponta o *trade-off* entre interpretabilidade e acurácia. Embora um modelo opaco possa apresentar uma precisão de 98%, se sua lógica de falha for incompreensível, um erro pontual pode ter consequências catastróficas — por exemplo, em um sistema de pilotagem independente ou em um algoritmo de triagem médica. A impossibilidade de rastrear falhas impede o aprendizado rápido e a correção eficiente, gerando uma fragilidade do sistema. Por outro lado, um modelo mais simples e transparente, mesmo com 90% de precisão, permite que os *stakeholders* identifiquem a causa raiz do erro (falha na entrada de dados, viés específico) e implementem mitigações de forma proativa. Em ambientes onde a vida humana ou grandes volumes de capital estão em jogo, o controle sobre a causa é mais relevante que a teoria estatística do resultado.

Portanto, a demanda por aplicabilidade nos sistemas de IA críticos não é um obstáculo ao progresso tecnológico, mas um requisito para a sua maturidade e legal. Embora a busca pela solução máxima seja um objetivo legítimo, ela não pode anular a necessidade fundamental de responsabilidade e auditabilidade. Os profissionais de TI e os cientistas de dados devem ser encorajados a adotar técnicas de XAI e a projetar sistemas com a ética em mente, priorizando modelos que, mesmo que obtenham menos esforços em termos de desempenho bruto, garantam a transparência necessária para manter a confiança pública e garantir que as decisões algorítmicas sejam verificadas com os valores humanos e a legislação vigente.

304 – CONTADOR

Sobre "Restos a Pagar" (RP), elabore um texto dissertativo-argumentativo, analisando a importância da correta inscrição de RP, em especial dos Não Processados (RPNP), para a transparência e o equilíbrio das contas públicas, bem como os riscos e os desvios que a prática inadequada pode gerar, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Resposta Esperada: Análise da Inscrição de Restos a Pagar e a Responsabilidade na Gestão Fiscal

Os Restos a Pagar (RP) são despesas empenhadas, mas não pagas até o final do exercício, essenciais para a continuidade da gestão. Distinguem-se em Processados (RPP), quando a despesa já está liquidada, e Não Processados (RPNP), quando está a liquidar ou em liquidação. A correta inscrição dos RP é vital para o equilíbrio fiscal e a transparência.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe rigor na inscrição. O Art. 42 da LRF veda a contratação de obrigações no último ano de mandato sem a devida cobertura e disponibilidade de caixa para o pagamento no exercício seguinte. Esta vedação atua como um mecanismo de responsabilidade para o gestor, prevenindo "heranças fiscais onerosas" e garantindo que o empenho, embora pertença ao exercício de origem, tenha o

recurso assegurado para sua extinção.

A maior complexidade reside nos RPNP. Para cumprir a Lei nº 4.320/1964, o ente deve reconhecer o passivo financeiro correspondente ao empenho, mesmo que a liquidação (fato gerador da obrigação) ainda não tenha ocorrido (RPNP a liquidar). A não realização deste registro pode gerar superávit financeiro indevido no balanço patrimonial.

O superávit indevido, ao distorcer a real situação patrimonial, pode servir como fonte para a abertura de crédito adicional no ano seguinte. Contudo, essa receita já está comprometida com o pagamento dos RP. Utilizá-la novamente compromete o equilíbrio das contas e a responsabilidade fiscal, violando o princípio de que a despesa deve ser amparada pela receita arrecadada.

Portanto, a correta inscrição e controle dos Restos a Pagar, especialmente o reconhecimento do passivo dos RPNP, é indispensável para evitar desvios e assegurar a ação planejada e transparente que a LRF exige na gestão das finanças públicas.

305 – DESIGNER

Elabore um texto dissertativo-argumentativo sobre a importância de combinar conhecimentos teóricos e práticos de design, arte e tecnologia para criar projetos visuais inovadores e eficazes. Argumente sobre como essa integração impacta a experiência do usuário, a comunicação visual e o posicionamento de marcas.

Resposta Esperada: A prática do design contemporâneo exige uma **visão integrada entre design, arte e tecnologia**, pois apenas o domínio isolado de uma dessas áreas não garante projetos visuais eficazes. O conhecimento de **Teoria do Design**, incluindo princípios como **equilíbrio, contraste, hierarquia visual e unidade**, permite organizar elementos de forma harmônica, facilitando a compreensão e a experiência do usuário. Ao mesmo tempo, a **História da Arte** oferece referências estéticas, estilos e movimentos que enriquecem o repertório visual e inspiram soluções criativas e culturalmente significativas.

Além disso, a integração com o **Marketing** é essencial para que o design atenda a objetivos estratégicos, transmitindo a identidade de marcas e produtos de forma persuasiva e coerente. A utilização de **estruturas visuais**, como grids, composição de cena e padrões tipográficos, fortalece a clareza comunicativa e potencializa o impacto das peças. Profissionais que conseguem alinhar esses elementos conseguem produzir projetos que não apenas agradam esteticamente, mas também engajam o público e atingem metas comerciais.

O grande desafio reside em **equilibrar criatividade e funcionalidade**. A evolução tecnológica exige familiaridade com **softwares de design, ferramentas de prototipagem e plataformas digitais**, enquanto a sensibilidade artística garante originalidade e pertinência estética. Dessa forma, a formação contínua, aliando **teoria, prática e pesquisa**, torna-se indispensável para designers que desejam criar projetos visuais **inovadores, estratégicos e culturalmente relevantes**, destacando-se em um mercado competitivo e em constante transformação.

306 – JORNALISTA

Elabore um texto dissertativo-argumentativo sobre a importância da imparcialidade e da objetividade no jornalismo, os desafios enfrentados por profissionais diante de vieses e pressões externas e a relevância dessas práticas para a credibilidade da informação.

Resposta Esperada: A **imparcialidade e a objetividade** são princípios fundamentais do jornalismo, essenciais para garantir a **credibilidade da informação** e a confiança do público. Segundo a **Teoria da Comunicação**, o jornalismo deve se pautar por **relatos verificáveis, equilíbrio entre pontos de vista** e a separação clara entre fato e opinião. No entanto, na prática, manter essas diretrizes representa um desafio constante diante de **pressões políticas, econômicas e ideológicas**, que podem influenciar o conteúdo divulgado e distorcer a percepção da realidade.

Além disso, o avanço das **redes sociais** e o crescimento do **jornalismo digital** intensificaram o fluxo de informações, tornando a verificação e a checagem de fatos ainda mais imprescindíveis. Profissionais que não

seguem critérios rigorosos de imparcialidade correm o risco de disseminar **fake news** ou conteúdos tendenciosos, comprometendo a função social do jornalismo, que é **informar, esclarecer e permitir o exercício da cidadania**.

Para enfrentar esses desafios, é necessário investir em **formação ética e técnica**, promovendo a cultura do **fato antes da opinião**, o uso de **fontes confiáveis** e a aplicação de **protocolos de verificação jornalística**. Além disso, os veículos de comunicação devem fomentar ambientes que preservem a **autonomia editorial** e incentivem práticas de **responsabilidade social e transparência**. Dessa forma, a imparcialidade e a objetividade deixam de ser apenas conceitos teóricos e tornam-se ferramentas concretas para a produção de **conteúdos confiáveis, relevantes e socialmente responsáveis**.

307 - MÉDICO FISCAL

Elabore um texto dissertativo-argumentativo sobre a importância da atuação do médico fiscal para a segurança do paciente, apresentando duas atribuições previstas na Resolução CFM nº 2.056/2013 (e alterações) que concretizam essa proteção, bem como um desafio prático que o médico fiscal enfrenta para cumprir essas atribuições. Justifique cada ponto com fundamentos presentes na Resolução ou em normas éticas correlatas, demonstrando visão crítica e conhecimento do papel fiscalizatório do CRM-PR.

Resposta Esperada: A atuação do médico fiscal é crucial para a segurança do paciente, pois garante a verificação *in loco* das condições de funcionamento dos serviços médicos, assegurando que cumpram os requisitos mínimos para a prática segura da medicina, conforme a Resolução CFM nº 2.056/2013.

Duas atribuições específicas do médico fiscal que concretizam essa proteção são:

1. **Fiscalizar o exercício da profissão de médico (Art. 2º, alínea "b"):** Garante que os profissionais atuem dentro dos limites de sua competência, possuam registro no CRM-PR e sigam as normas técnicas e éticas, evitando assim, iatrogenias e riscos desnecessários aos pacientes.
2. **Fiscalizar os serviços e estabelecimentos onde houver exercício da Medicina (Art. 2º, alínea "c"):** Assegura que os locais de atendimento possuam infraestrutura adequada, equipamentos e materiais necessários, além de condições de higiene e segurança, conforme o Anexo I da Resolução e o Manual de Vistoria, prevenindo infecções hospitalares e outros eventos adversos.

Um desafio prático enfrentado pelo médico fiscal é a complexidade das normas regulatórias e a diversidade dos serviços de saúde, exigindo constante atualização profissional para garantir uma fiscalização efetiva e justa. Além disso, a resistência de alguns profissionais e estabelecimentos em cumprir as normas pode gerar conflitos e dificuldades na fiscalização. A falta de recursos humanos e materiais adequados também pode dificultar o trabalho do médico fiscal, comprometendo a abrangência e a qualidade da fiscalização.

Para superar esses desafios, o médico fiscal deve possuir um sólido conhecimento técnico e ético, bem como habilidades de comunicação, negociação e trabalho em equipe. É fundamental que o CRM-PR invista em programas de educação continuada e em recursos que permitam ao médico fiscal exercer suas funções com eficiência e autonomia, garantindo a segurança do paciente e a qualidade da assistência médica. O Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09) também reforça a necessidade de boas condições de trabalho para o médico (Princípio Fundamental III) e o seu direito de apontar falhas nas instituições em que trabalha (Direito III, Capítulo II).

308 - PROGRAMADOR EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO BACK-END

Texto 1. A mutação do código em ativo de risco e infraestrutura

A metodologia DevOps elimina a separação tradicional entre o desenvolvimento e a operação do software. Isso significa que o código, antes visto apenas como um conjunto de instruções para uma máquina, hoje é o principal vetor de risco e custo. O desenvolvedor não entrega apenas um arquivo executável, mas sim atua como um arquiteto que define seu próprio ambiente de execução e as regras de implantação em larga escala. Consequentemente, a ineficiência de um trecho de código ou uma falha de segurança inadvertida não afeta apenas

uma funcionalidade, mas pode resultar em picos de custos inesperados na nuvem (devido à maior escalabilidade) ou criar vulnerabilidades exploráveis publicamente. A função do desenvolvedor, portanto, expande-se para incluir a otimização de custos e a resiliência operacional do produto em tempo real.

Texto 2. Segurança no início do ciclo (*shift left*) e a necessidade de controle de *input*

No desenvolvimento de APIs e aplicações *back-end*, o ponto de vulnerabilidade mais comum reside no tratamento de dados externos. Historicamente, a segurança era um *checklist* realizado ao final do ciclo (o *shift right*). Contudo, essa prática provou ser lenta e ineficaz. O conceito de *shift left*, por outro lado, exige que as preocupações de segurança sejam integradas desde a primeira linha de código, transformando o desenvolvedor no primeiro avaliador de risco. Isso inclui a responsabilidade de codificar defesas robustas contra ataques de injeção, bem como garantir que segredos e credenciais de bancos de dados sejam gerenciados por meio de práticas seguras (como o uso de gerenciadores de segredos), e não embutidos no código. O desenvolvedor moderno deve ser capaz de prever e codificar contra o uso malicioso de seu *endpoint*.

Texto 3. O requisito de governança para decisões estratégicas

A governança corporativa de TI estabelece o "porquê" e o "quem" das decisões relacionadas a dados e sistemas. Quando o desenvolvedor escolhe uma arquitetura, ele toma decisões com implicações de longo prazo para o negócio: a escolha de um sistema de orquestração (como Kubernetes), um modelo de computação (como Serverless) ou a forma como as APIs se comunicam. Essas escolhas precisam estar alinhadas com as políticas de conformidade e as estratégias de gestão de serviços da organização. O desenvolvedor não pode mais operar em um papel técnico descartável; ele é o agente que transforma as políticas estratégicas, definidas pela governança, em código e infraestrutura. Logo, ele é responsável por garantir que seu trabalho atenda aos padrões de auditabilidade e sustentabilidade definidos pela liderança.

Após a leitura dos textos motivadores, elabore um texto dissertativo-argumentativo que aborde o paradigma DevOps e a responsabilidade do Desenvolvedor Back-End: da codificação à governança e segurança em produção.

Resposta Esperada: O cenário de Tecnologia da Informação testemunha uma transformação paradigmática, com a consolidação da cultura DevOps e a adição de arquiteturas baseadas em microsserviços. Neste contexto dinâmico, o papel do desenvolvedor back-end sofreu uma expansão radical, transcendendo a mera funcionalidade do código. Atualmente, o profissional é obrigado a internalizar e executar responsabilidades que historicamente pertencem a setores isolados de Operações e Segurança. Dessa forma, a responsabilidade do desenvolvedor abarca, resultou, a garantia da segurança do código (*shift left*) e a conformidade com as regras de implantação e governança, sendo o fator crucial para o sucesso e a resiliência dos sistemas modernos.

No primeiro plano, a segurança da aplicação (AppSec) precisa ser tratada como um requisito não funcional intrínseco ao desenvolvimento. A abrangência do sistema em diversos endpoints e APIs aumenta significativamente a superfície de ataque, exigindo que o desenvolvedor incorpore a defesa em todas as etapas de segurança. A prática fundamental de **sanitização e validação rigorosa de entradas** é a primeira linha de defesa contra ataques de injeção, como SQL Injection e Cross-Site Scripting. Além disso, o gerenciamento seguro de informações seguras, como credenciais de bancos de dados (datasources), não pode mais ser negligenciado ao nível da infraestrutura. O desenvolvedor deve empregar técnicas de injeção segura de segredos, garantindo que as vulnerabilidades sejam mitigadas na origem do código, e não apenas detectadas tardiamente na produção por uma auditoria. Essa abordagem proativa de Dev SecOps é vital para preservar a confidencialidade e a integridade dos dados.

Em segundo plano, as práticas de Integração Contínua/Entrega Contínua (CI/CD) e a infraestrutura de nuvem impõem ao back-end a responsabilidade pela operação e pela governança. No modelo "**você construiu, você opera**", o código é visto como um produto completo que inclui o script de implantação e a definição de recursos. O desenvolvedor é o responsável por desenhar uma solução para **escalabilidade horizontal**, priorizando arquiteturas stateless e utilizando mecanismos de auto-scaling em nuvem para garantir a disponibilidade e a eficiência em períodos de alta demanda. Além disso, a gestão eficaz dos recursos de TI exige alinhamento com estruturas de governança. Isso implica que o desenvolvedor deve entender suas

escolhas técnicas voltadas ao custo (pay-per-use), a auditabilidade e a conformidade com as políticas organizacionais. A sustentabilidade e a alocação ética dos recursos de TI dependem, na última análise, da conformidade do código com as diretrizes macro estratégicas da organização.

Em resumo, a complexidade dos sistemas atuais exige uma visão holística do desenvolvedor back-end. Seu papel não se limita a resolver problemas lógicos, mas sim a criar soluções que sejam, desde sua concepção, seguras, resilientes e alinhadas aos objetivos de negócio. O sucesso de um sistema em produção, seja em seu desempenho ou em sua segurança, depende diretamente da incorporação das preocupações de governança e AppSec na mentalidade e nas práticas diárias do desenvolvedor.

309 - PROGRAMADOR EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO FRONT-END

Texto 1. O *debugging* e a imutabilidade no fluxo de dados

A complexidade dos aplicativos de página única (SPAs) modernos depende da manipulação eficiente de grandes volumes de estado. Soluções de gerenciamento de estado rigoroso, como Redux, exigem o conceito de imutabilidade e o fluxo de dados unidirecional. Embora isso represente mais código para o desenvolvedor no curto prazo, ele oferece um benefício imenso no longo prazo: a previsibilidade. Ao garantir que o estado seja alterado somente por meio de ações bem definidas, a equipe minimiza os efeitos colaterais (*side effects*) e torna o processo de depuração (*debugging*) muito mais simples e rápido. Em um sistema com milhares de componentes, a previsibilidade do estado é o que garante a estabilidade e a qualidade percebida pelo usuário final.

Texto 2. A necessidade de controle de versão e modularidade

O desenvolvimento *front-end* de alta performance é indiretamente colaborativo. O uso de sistemas de controle de versão, como Git, e de arquiteturas baseadas em componentes, como React ou Angular, constitui a base dessa colaboração. A criação de *pull requests* não é apenas um formalismo, mas uma etapa de segurança em que o código é revisado e validado pela equipe antes da fusão com o *branch* principal. Esse processo garante que o trabalho realizado em *branches* isolados não introduza instabilidade no código principal. Além disso, os gerenciadores de pacotes são cruciais para a modularidade, controlando as dependências de terceiros e mantendo o projeto leve e atualizado, protegendo-o contra o temido *dependency hell* (inferno das dependências).

Texto 3. Automação e governança da qualidade

A adoção de práticas DevOps, incluindo a Integração Contínua (CI) e o uso de ferramentas multiplataforma, exige que o desenvolvedor *front-end* veja seu código como um produto que deve passar por um *pipeline* de qualidade automatizado. A decisão de usar uma única base de código para Android e iOS, por exemplo, reduz custos, mas aumenta a importância dos testes automatizados e da qualidade do código-fonte. A automação, facilitada pelo uso de frameworks e gerenciadores de pacotes, permite que a equipe garanta não apenas que o código funcione, mas que seja rapidamente implantável, versionado e alinhado aos padrões de desempenho e segurança definidos pela governança de TI. A disciplina de submissão é essencial para que o pipeline de automação funcione sem interrupções."

Após a leitura dos textos motivadores, elabore um texto dissertativo-argumentativo que aborde a centralidade da Experiência do Desenvolvedor (*DX*) e a *Disciplina Front-End*: o impacto da modularidade, da imutabilidade e da automação na qualidade do produto digital.

Resposta Esperada: O desenvolvimento *front-end* evoluiu de uma camada simples de apresentação para um ambiente complexo e estratégico, onde a qualidade da experiência do usuário (UX) depende intrinsecamente da disciplina técnica do desenvolvedor (*DX*).

Em projetos de larga escala, o desafio reside em manter a previsibilidade e a manutenção do código diante da rápida alteração de funcionalidades. Neste contexto, o foco na disciplina técnica – englobando o fluxo de dados unidirecional, a imutabilidade do estado e o versionamento rigoroso – é inequivocamente mais determinante para a entrega de valor sustentável ao usuário final do que a mera velocidade na entrega de

funcionalidades.

Em primeiro lugar, a previsibilidade do estado é a chave para a estabilidade de qualquer aplicação moderna. Soluções robustas de gerenciamento de estado exigem o conceito de imutabilidade e o fluxo de dados unidirecional. Embora essa alteração exija maior rigor na correção, como a necessidade de criar novos objetos de estado a cada alteração, ela é crucial para a *depuração* em sistemas complexos (Texto 1). Ao evitar que o estado seja alterado por caminhos não rastreáveis (*efeitos colaterais*), o desenvolvedor garante que a causa de qualquer erro ou comportamento inesperado seja facilmente isolado. Essa disciplina técnica resulta em menos *bugs* na produção e em maior confiança na interface, traduzindo-se diretamente em uma melhor experiência para o usuário, que se beneficia de um software mais robusto e confiável.

Em segundo lugar, a modularidade e o versionamento são essenciais para a colaboração e a escalabilidade técnica. A arquitetura de componentes (React, Angular, Vue) permite que grandes equipes trabalhem em paralelo, isolando o desenvolvimento de recursos em *filiais* separadas. O processo de *Pull Request* (PR), auxiliado pelo uso de gerenciadores de pacotes (Texto 2), atua como o ponto de controle central que garante que o código a ser fundido na *filial* principal mantenha a Integridade do projeto. O uso disciplinado de *filiais* e a dependência de gerenciadores de pacotes não apenas resolve conflitos de dependência, mas também garante que a base de código seja sempre consistente. A negligência dessa disciplina leva ao caos de versões, *bugs* intermitentes e, invariavelmente, a interrupção na entrega de novas funcionalidades ao cliente.

Concluindo, a velocidade de recebimento sem a disciplina técnica adequada é uma tática de curto prazo que resultará em dívida técnica e instabilidade na produção. O desenvolvedor *front-end* moderno deve priorizar os pilares da disciplina técnica — a imutabilidade e o fluxo de dados especificamente para a previsibilidade do estado, e a automação do versionamento para a sustentabilidade da colaboração. Essa prioridade não é um fim em si, mas o alicerce é fundamental para que o *pipeline* de entrega de valor funcione de maneira contínua, eficiente e segura, culminando na alta qualidade e resiliência que o usuário final espera de um produto digital.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedida a Resposta Esperada das Redações.

Curitiba/PR, 23 de janeiro de 2026.

ROMUALDO JOSÉ RIBEIRO GAMA

PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ – CRM-PR